

Notas	SANCASE BALANÇO	2019 Em Kwanzas	2018 Em Kwanzas
3	DISPONIBILIDADES	151.381.037	60.758.099
4	OUTROS VALORES	300.582	700.000
5	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7.596.529	8.799.034
		159.278.148	70.257.133
PASSIVO			
6	OUTRAS CAPTAÇÕES	0	129.078.554
7	OUTRAS OBRIGAÇÕES	249.525.877	8.866.964
		249.525.877	137.945.518
FUNDOS PRÓPRIOS			
8	CAPITAL	10.000.000	10.000.000
8	RESERVAS E FUNDOS	1.000.000	1.000.000
8	RESULTADOS TRANSITADOS	-78.688.385	-19.810.126
11	RESULTADO DO EXERCÍCIO	-22.559.345	-58.878.259
		-90.247.729	-67.688.385

Notas	SANCASE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2019 Em Kwanzas	2018 Em Kwanzas
	A - MARGEM FINANCEIRA	-	-
9	B - RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	70.069.103	5.445.663
9	C - RESULTADOS DE OPERAÇÕES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	(30.883.371)	(968.396)
9	RESULTADOS DE INTERMEDIÇÃO FINANC (A+B+C)	39.185.731	4.477.267
10	D - CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE PESSOAL (-)	61.745.076	63.355.526
10	Pessoal	24.517.936	39.845.052
10	Fornecimentos de Terceiros	33.318.756	21.558.465
10	Impostos e Taxas Não Incidentes Sobre o Resultado	-	0
10	Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	2.705.879	749.505
10	Depreciações e Amortizações	1.202.505	1.202.505
	E - PROVISÕES S/OUTROS VALORES E RESP. PROVÁVEIS (-)	-	-
	F - OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS	-	-
	OUTROS CUSTOS E PROVEITOS (F-D-E)	(61.745.076)	(63.355.526)
11	RESULTADO OPERACIONAL	(22.559.345)	(58.878.259)
	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
11	RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(22.559.345)	(58.878.259)
	ENCARGOS SOBRE O RESULTADOS (-)	-	0
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(22.559.345)	(58.878.259)

ANEXO AO RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

NOTA INTRODUTÓRIA

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

Empresa constituída de acordo com publicação no Diário da República a 18 de Junho de 2012 e licenciamento de actividade a 09 de Junho de 2012, tendo sido atribuída autorização nº704

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE APRESENTAÇÃO

2.1. COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras anuais aqui apresentadas foram publicadas de forma a poderem ser comparadas com as do período, e foram preparadas de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

2.2. BASES APRESENTAÇÃO E MOEDA

A Empresa preparou todas as demonstrações financeiras em conformidade com as disposições do Plano de Contas das Casas de Câmbio, conforme o Despacho N.º 41/94 de 10 de Novembro, do Banco Nacional de Angola, obedecendo às normas e princípios contabilísticos.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em Kwanzas (AOA) no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade estabelecidos no CONTIF, conforme definido pelo Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2019.

A entrada em vigor da aplicabilidade do CONTIF a instituições de remessas, não teve impactos materiais nos valores de balanço, capitais próprios ou resultados líquidos do período de 2015.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

a) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas no momento em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

b) Actualização monetária

De acordo com o Aviso nº2/2009 do Banco Nacional de Angola, no caso de existir inflação, as instituições financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da alteração do poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aos saldos de capital reservas e resultados transitados. Considera-se hiperinflação se a taxa acumulada de inflação durante 3 anos se aproximar ou exceder 100%.

c) Outras provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

d) Imobilizações e Amortizações

As imobilizações corpóreas e incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. Neste estão inclusos os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

Por forma a dar-se cumprimento ao disposto no nº2 do artigo 7º do Decreto nº6/96, de 26 de Janeiro, as amortizações sobre o acréscimo anual do valor dos bens resultantes da reavaliação, são efectuadas no exercício económico seguinte àquele em que ocorreu a reavaliação, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal, e o seu valor apurado tendo em conta o prazo residual para o final da vida útil do bem.

e) Saldos e transacções expressas em moeda estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola.

f) Imobilizações financeiras

Participações em coligadas e associadas

As participações em coligadas e associadas incluem as participações em empresas em que a Instituição Financeira detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respetivo capital votante (empresa coligada ou participada). Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual posteriormente é ajustado com base na percentagem efetiva da Instituição Financeira, nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em outras sociedades

As participações financeiras em outras sociedades, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efetivação do investimento, quer a realização tenha sido efetuada em moeda local, como em moeda estrangeira. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respetivas provisões.

g) Impostos

O imposto industrial sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 30% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2015 a 2019. Não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios atrás referidos venha a

ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

h) Redução no valor recuperável de ativos (imparidade)

A Sancase avalia os seus ativos periodicamente, tendo em vista a identificação de ativos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um cativo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade a Instituição Financeira tem em conta os seguintes indicadores:

- Declínio significativo no valor de um cativo maior do que o esperado no seu uso normal;
- Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal com efeitos adversos sobre a Instituição Financeira;
- Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de descontos e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos ativos;
- Valor contabilístico de ativos líquidos maior do que o valor de mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um cativo;
- Mudanças significativas na forma de utilização do ativo como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para a Instituição Financeira;
- Indicação que o desempenho económico do activo será pior que o esperado.

i) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas da Sancase integram estimativas realizadas em condições de incertezas, contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adopção do menor valor para os componentes do activo e maior para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sancase efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciadas regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de provisões para o crédito concedido e Outras provisões e Impostos correntes e diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2019 estas rubricas têm a seguinte composição:

3. DISPONIBILIDADES		
	2019	2018
Caixa		
Em Moeda Nacional	93.773.979	30.000.013
Disponibilidades em Instituições Financeiras	57.607.058	30.758.086
TOTAL	151.381.037	60.758.099

4. OUTROS VALORES		
	2019	2018
Outros Valores de Natureza Fiscal	300.582	
Outros Valores natureza adm. e comercialização		700.000
TOTAL	300.582	700.000

5. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

31 de Dezembro de 2019				
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				

	Saldo em 31- 12-2018	Aquisições/ dotações	Abates	Saldo em 31- 12-2019
Custo				
Equipamento básico	9.288.368			9.288.368
Equipamento administrativo	1.915.675			1.915.675
	11.204.043	-	-	11.204.043
Depreciações acumuladas				
Equipamento básico	1.857.674	928.837		2.786.510
Equipamento administrativo	547.336	273.668		821.004
	2.405.009	1.202.505	-	3.607.514
Valor Líquido	8.799.034	- 1.202.505	-	7.596.529

6. OUTRAS CAPTAÇÕES		
	2019	2018
Outras Captações Contractas	-	129.078.554
TOTAL	-	129.078.554
7. OUTRAS OBRIGAÇÕES		
	2019	2018
De natureza fiscal	32.745	97.026
Outras obrigações de natureza cível	23.943.166	6.239.495
Outras obrigações de natureza admin.	225.549.966	2.530.443
TOTAL	249.525.877	8.866.964
8. FUNDOS PRÓPRIOS		
	2019	2018
Capital, Reservas e Resultados transitados		
Em Capital Social	10.000.000	10.000.000
Em Reservas e Fundos	1.000.000	1.000.000
Em Resultados Transitados	-78.688.385	-19.810.126
TOTAL	-67.688.385	-8.810.126
9. RESULTADOS INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
	2019	2018
Operações cambiais	70.069.103	5.445.663
Comissões	-30.883.371	-968.396
10. CUSTOS ADMINISTR E DE COMERCIALIZAÇÃO		
	2019	2018
Órgãos de Gestão e Fiscalização	9.300.000	21.230.000
Empregados	15.217.936	18.615.052
Comunicações	350.660	838.800
Transportes Deslocações e Alojamentos	-	-
Publicações Publicidade e Propaganda	294.000	2000
Segurança Conservação e Reparação	-	-
Auditoria Consultoria Out. Serv Especializados	24.647.785	3799810
Alugueres	7.870.770	16.659.873
Materiais Diversos	155.542	257.982
Impostos e taxas não incidentes no resultado	-	-
Penalidades aplicadas por entidade reguladora	2.705.879	749.505

Depreciações e Amortizações		1.202.505	1.202.505
	TOTAL	61.745.076	63.355.526

11. RESULTADO OPERACIONAL		
	2019	2018
Resultados de Intermediação Financeira	39.185.731	4.477.267
Outros Custos e Proveitos	(61.745.076)	(63.355.526)
SOMA – RESULTADO OPERACIONAL	(22.559.345)	(58.878.259)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(22.559.345)	(58.878.259)
Encargos sobre os Resultados	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(22.559.345)	(58.878.259)

17. O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da empresa durante o ano de 2019 foi de 5 trabalhadores.

No final do ano a empresa possuía 6 trabalhadores.

18. Todos os proveitos registados nas várias rubricas da demonstração de resultados foram realizados em Angola.

19. Não existem Passivos Subordinados, imputados e pagos durante o exercício.

20. Não existem compensações entre saldos devedores e credores.

Luanda, 28 de Abril de 2020

**O Responsável
Pela Contabilidade**



**O Responsável
Pela Gestão**

